

# DA ANTROPOLOGIA URBANA A UMA ANTROPOLOGIA DO URBANISMO E DAS INFRAESTRUTURAS NO CHAMADO ANTROPOCENO (OU O MUNDO VISTO DA PONTA DO CAJU)

FROM URBAN ANTHROPOLOGY TO AN ANTHROPOLOGY OF URBANISM AND INFRASTRUCTURES IN THE  
SO-CALLED ANTHROPOCENE (OR *THE WORLD SEEN FROM THE TIP OF CAJU*)

**Mariana Cavalcanti**

Professora Associada do Departamento de Estudos Sociais do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). É uma das coordenadoras do Grupo CASA: estudos sociais sobre moradia e cidade e do ResiduaLab: laboratório de estudos sociais de resíduos.

10.17771/PUCRio.DDCIS.72177



## RESUMO

A apresentação reconstrói um itinerário de pesquisa que parte da antropologia urbana para a construção de uma antropologia do urbanismo. Esse percurso tem como condições de possibilidade a virada espacial das ciências sociais e um distanciamento etnográfico com relação aos vocabulários e gramáticas de arquitetos, urbanistas e cientistas para narrar a produção das cidades. Esse distanciamento, por sua vez, leva a uma consideração das escalas de tempo e de espaço pelas quais são pensados usualmente os processos de urbanização.

**Palavras-chave:** Infraestrutura; cidade, etnografia; antropoceno; Águas do Caju.

## ABSTRACT

This presentation reconstructs a research trajectory that begins with urban anthropology and moves toward the construction of an anthropology of urbanism. This path is made possible by the spatial turn in the social sciences and by an ethnographic distancing from the vocabularies and grammars of architects, urban planners, and scientists in narrating the production of cities. This distancing, in turn, leads to a consideration of the temporal and spatial scales through which urbanization processes are usually understood.

**Keywords:** Infrastructure; Urban space; Ethnography; Anthropocene; Águas do Caju project.

Eu realmente estou muito honrada de estar nesta mesa, entre pessoas que foram muito importantes na formação de todos nós aqui. O que eu gostaria de fazer aqui é tratar um pouco do das minhas pesquisas sobre infraestruturas urbanas, por meio das quais eu tenho conseguido chegar, como antropóloga, sobretudo, aos temas da desigualdade, da cidadania e dos direitos.

Esta apresentação é panorâmica, mistura a trajetória acadêmica com certas memórias afetivas, e algumas questões de pesquisa que não vão embora. Por isso eu começo lembrando que o livro da Maria Alice Rezende de Carvalho *Quatro vezes cidade* (1994) fez 30 anos este ano. Foi um livro muito importante, decisivo mesmo, para minha descoberta deste objeto de pesquisa, que são as cidades. Eu queria marcar isso porque alguns dos objetos que eu tinha encontrado ali pela primeira vez retornam nas minhas pesquisas mais contemporâneas, que eu não vou ter tempo de apresentar do jeito que eu gostaria, mas eu já deixo o convite para vocês entrarem no YouTube e seguirem o canal chamado Águas do Caju, em que lançamos pequenos documentários nos quais pensamos a história do Rio de Janeiro a partir da relação com as águas, e, sobretudo, a partir do bairro do Caju.

No intuito de celebrar os 70 anos do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, eu preparei uma fala que eu chamei provisoriamente de: “Da antropologia urbana a uma antropologia do urbanismo e das infraestruturas no chamado Antropoceno: ou, o mundo visto da ponta do Caju”. Então eu vou tentar chegar neste presente a partir dessas questões e angústias que essas pesquisas sobre as cidades têm colocado.

Primeiramente, vou propor alguns deslocamentos que marcaram a minha trajetória de pesquisa. O primeiro deslocamento que eu gostaria de assinalar é o *de uma antropologia urbana para uma antropologia do urbanismo*, que eu acho que tem a ver com o próprio momento em que eu fiz meu doutorado, que foi em meio à virada espacial nas ciências sociais, muitíssimo influenciada pelo texto das heterotopias de Foucault, mas também dos trabalhos do Paul Rabinow e do Henri Lefebvre. Lia com muito interesse e admiração os trabalhos do James Holston, aqui conosco, e da Teresa Caldeira, que foram centrais para o enquadramento do que eu penso fazer, que é uma antropologia do urbanismo.

Minha tese de doutorado foi um estudo sobre a transformação do espaço das favelas cariocas, um esforço etnográfico de tentar pensar a passagem do barraco de madeira para a casa de alvenaria. E, como o Fernando Cardoso Lima Neto falou, eu sou formada em Jornalismo, fiz mestrado em Comunicação, então eu também gosto de dizer que na verdade fui formada como antropóloga pelo Eduardo Coutinho e pela Consuelo Lins, pensando na influência dos documentários do Eduardo Coutinho, que eram sempre muito centrados exatamente em uma escuta que revelava dimensões por vezes inesperadas sobre as subjetividade (muitas vezes contraditórias) das pessoas. Coutinho mostrou um modo de entrevistar, de fazer as pessoas falarem, de fazer as pessoas fabularem, que foi o que me levou para a antropologia. Consuelo me ensinou responsabilidade e compromisso com a pesquisa mais que acadêmica.

Certa vez, vi uma citação do Eduardo Coutinho dizendo assim: “Sim, eu faço filmes sobre pessoas. Qual o sentido de fazer um filme sobre um prédio?” Isso foi na época em que eu trabalhava no CPDOC e fazia um documentário com a Thaís Blank e o Paulo Fontes sobre o processo de ocupação da antiga fábrica da CCPL, lá em Benfica, entre 2010 e 2012. Isso foi parte de um processo bastante comum no antigo subúrbio industrial carioca: as ocupações desses antigos espaços fabris que se tornam espaços de moradia, e nesses lugares ocorre um processo muitas vezes longo de tentativa de conquistar o direito à moradia — nessa época em que fazíamos essa pesquisa — pela possibilidade de trocar essas casas na ocupação, por exemplo, por uma casa nos condomínios do Minha Casa, Minha Vida.

A pergunta dele nos deu a clareza que faltava. Sim, estávamos exatamente fazendo um filme sobre um prédio. O documentário está no YouTube, chama-se *Favela Fabril*.

Mas eu fiquei com essa coisa na cabeça: “Por que fazer um filme sobre um prédio?”. Pensei muito nela. Como eu já disse, a questão da produção da cidade atravessou toda a minha geração do doutorado. No começo do século, o Mike Davis, que tinha sido um historiador do trabalho, progressista, tinha publicado o *Planeta favela*, um livro acachapante, que descreve um mundo distópico com umas favelas, umas periferias gigantescas, um texto cheio de *sweeping statements*; porém isso tudo não nos diz muito sobre as cidades, principalmente sobre as cidades do Sul Global. Então acho que a minha geração também tinha uma certa missão de ter que retomar a etnografia das cidades, do cotidiano da vida urbana para compreendê-la em seus próprios termos, em contraposição a esse olhar homogeneizante que denunciava que a transição para mundo predominantemente urbano representaria o caos das mega cidades do sul. A questão é que a gente sabia que não tinha nada de caos naquilo. Quando saímos na rua, quando conversamos com as pessoas, o que vemos é justamente como essa cidade é um espaço de disputa, e como toda a política e a vida cotidiana se emaranham dentro dessa disputa por esses espaços, pela transformação desses espaços e pela tentativa de conseguir viver o direito à moradia, de ter acesso a infraestruturas urbanas que nunca estão dadas. Pelo contrário, são objeto de disputas cotidianas longevas. Por outro lado, também sabemos que a existência de infraestruturas e acesso a serviços são coisas não necessariamente acopladas.

O prédio, então, não era um plano de fundo da relação dos humanos; o prédio é exatamente o que conferia aos humanos sua humanidade naquele caso, naquele lugar, naquele momento. Conseguimos ler o mundo a partir daquele prédio e daquelas disputas que estavam ali: de um lado se podia narrar todo o processo de desindustrialização das cidades, principalmente do Rio de Janeiro; ao mesmo tempo isso mostrava para nós que o Rio tinha sido, sim, uma cidade industrial, e isso tinha efeitos na vida cotidiana naquele momento entre 2010 e 2012, e em várias outras questões que mostravam ser muito claro como aquelas infraestruturas e a disputa em torno daquelas infraestruturas eram, sim, muito relevantes para entendermos essa relação entre desigualdade e cidadania.

Hoje em dia eu tenho mais clareza sobre o que era isso, mas essa virada espacial também representou uma possibilidade de fazer uma certa inversão no modo de construir os objetos de uma antropologia do urbanismo. Em vez de se olhar somente para aqueles humanos sobre os quais o Eduardo Coutinho estava se debruçando, vale talvez dar atenção ao contexto: o contexto que tornava aquelas disputas possíveis. Esse sim seria o objeto da intervenção, ou seja, eu não estava mais olhando a cidade ou o mundo como um pano de fundo, e sim tentando pensar justamente esse processo de produção no tempo e no espaço.

Este foi um momento muito interessante das ciências sociais, exatamente ali na virada do século: em 1999, surge o primeiro texto chamado “A etnografia da infraestrutura”, da Susan Leigh Star, em que ela defende que os antropólogos estudem “coisas chatas” como tomadas. Ela dá o exemplo da tomada o tempo inteiro, pois a tomada é uma coisa banal, uma coisa que parece que não tem nada, mas, para se tentar entender toda a globalização, toda a financeirização, toda a questão da digitalização, todas essas grandes questões, você precisa entender essas infraestruturas que as tornam possíveis. Então essa inversão tem a ver com um jogo de visibilidade e invisibilidade. O que era antes visto como um dado do mundo, hoje tomamos como um certo objeto de pesquisa.

Essa visão da tomada da Susan Leigh Star é uma alusão que só é possível fazer quando se está no contexto do Norte Global, num mundo em que as infraestruturas funcionam a ponto de serem invisíveis. Não é à toa que essa questão das infraestruturas tenha ficado tão mais visível na teoria social depois do 11 de Setembro, depois de um apagão elétrico que houve nos Estados Unidos em 2003, atingindo Nova York e várias outras cidades. Quando as infraestruturas entram em colapso, quando ocorrem apagões e situações afins, é aí que vemos toda a materialidade de todas as relações sociais que tornam a vida cotidiana possível. Então há uma combinação de toda uma série de relações e de lugares para pensarmos o que faz o mundo funcionar.

Ao mesmo tempo, dá-se uma certa operação de apagamento disso, porque ninguém está parando para pensar nos fluxos de energia. Estamos parando para pensar nos fluxos financeiros que estão rodando por essa rede, não no substrato material ou humano que mantém essas formas funcionando. Em 2004, em grande medida disputando essa visão das infraestruturas desde um certo Norte Global, o AbdouMaliq Simone publicou outro texto clássico chamado “Pessoas como infraestrutura”, em que ele começa a descrever as atividades informais — meio informais, meio ilegais, como diria Vera Telles — que as classes populares foram travando e construindo num centro de uma Johannesburgo em ruínas, e que faziam as coisas acontecerem, que é um pouco desnaturalizarmos exatamente essa infraestrutura funcionando e tentar mostrar como essa infraestrutura se torna esse objeto, seja de lutas, seja de trabalho — de um trabalho cotidiano que não é menor, e que é o que torna a cidade e o funcionamento da cidade possível.

Essas inspirações são muito interessantes para pensar nesse momento que eu estava comentando com vocês; um momento, digamos, pré-olímpico no Rio de Janeiro. Foi entre 2009 e 2016, em que tantas promessas foram feitas, tantas infraestruturas foram construídas. Por exemplo, o teleférico do Alemão. O que conseguimos pensar a partir do teleférico do Alemão? Como as outras obras daquele momento, de uma monumentalidade gigantesca, que assinalava pela primeira vez a presença das favelas na paisagem carioca. Isso ocorre nesse jogo de visibilidade e invisibilidade, pois, ao mesmo tempo que o Estado ergue um teleférico, algo extremamente visível — o turista que salta no aeroporto do Galeão vê, de pronto, aquele teleférico —, se você, no entanto, vai lá no Alemão conversar com as lideranças e com as pessoas, descobre que o que elas queriam ali era o contrário, elas queriam saneamento básico. Então, há, de um lado, esse jogo das promessas da infraestrutura — que são as promessas de um certo desenvolvimentismo, ou seja, a ideia de que erguer finalmente essa estrutura massiva vai trazer o desenvolvimento, o progresso etc. —, e de outro lado também são o meio pelo qual o próprio colonialismo se dá. Todas as cidades querem se parecer com as cidades europeias, querem se parecer com as cidades do norte global, ou alguma versão fabulosa do que se imagina uma cidade do norte global.

Aqui, no caso do Rio, podemos pensar em todas as obras que foram iniciadas e muitas vezes abandonadas. Pensar no caso das vias expressas, como a TransCarioca, TransOeste, todas as “trans” que foram feitas. Por que, por exemplo, a TransBrasil, que era a mais necessária para a população da cidade, foi a última a ser concluída? Foi concluída outro dia, depois de muito sufoco, e já com uma missão, digamos, eleitoreira do Eduardo Paes. Portanto eu acho que pensar essas infraestruturas, pensar essas decisões, é uma coisa muito interessante e que permite, voltando ao livro da Maria Alice Rezende de Carvalho que eu comecei citando aqui, pensar de novo esse papel dos engenheiros e dos planejadores, só que a partir de um enquadramento mais etnográfico: pensá-los como “nativos”, ou seja, desnaturalizar seu ponto de vista para melhor entendê-los. Pensar na produção da cidade como esse lugar que não é só os projetos e maquetes do Eduardo Paes, e também não é só a resistência das comunidades que estão para ser desalojadas, expulsas ou removidas, mas é exatamente pensar nessa disputa em torno dessas estruturas como esse lugar da política e, ao mesmo tempo, esse lugar da produção da cidade, uma produção da cidade que se dá por diferentes agentes em diferentes escalas.

Esse lugar de pesquisa me deixou muito confortável para pensar em todo esse período da construção desse Rio olímpico, mas ultimamente eu acho que também com todas essas questões, com todas essas evidências das mudanças climáticas, já se faz necessária uma outra inversão. Então não seria só mais pensar esse espaço, pois o espaço parecia esse *background*, e, de repente, quando vamos pensando, nos perguntamos, como faz Gregg Hetherington: e a infraestrutura da infraestrutura? Ou seja, essa relação da própria cidade com o ambiente, com a natureza, com as

águas urbanas. Ou seja, ainda usamos a linguagem dos arquitetos, dos engenheiros e dos planejadores do século XX para pensar as histórias urbanas.

Estamos tratando de processos e de políticas em que era muito natural falar-se em retificar os rios, em esconder os rios, em derrubar três morros no centro da cidade e fazer aterros gigantescos. Então nos encontramos neste momento enfrentando as mudanças climáticas, o aumento do nível do mar, que trazem uma série de questões. A primeira é: quem são os agentes, quando pensamos nessa produção da cidade, que conseguimos colocar como personagens dessa história, para além desses homens? O que acontece com a agência humana quando pensamos, por exemplo, em mosquitos, em epidemias, no aumento do nível do mar, no derretimento de geleiras? Realmente não estamos “mais” no mundo só humano. É o tal do mundo mais que humano; é o que o Dipesh Chakrabarty chama dessa diferença entre pensar a globalização a partir desses fluxos de capitais, financeiros, etc., e pensarmos o planetário, que é pensar exatamente esse mundo em que a divisão clara do que era a história humana e o que era a história do planeta deixou de fazer sentido, porque vemos que a própria ação humana é o que vai trazendo e causando todos os desafios que enfrentamos hoje em dia.

Então, o que isso faz com o modo como contamos histórias urbanas? Não se trata só de uma questão de decolonizar — é evidente que isso é necessário também. Mas eu acho que há um problema aí no nosso vocabulário quando falamos em “progresso”. A própria linguagem da urbanização é uma linguagem que construiu essas cidades que hoje em dia nos mostram que não estamos prontos para lidar com os desafios contemporâneos.

Essa questão realmente me pega neste momento: como é que conseguimos usar um vocabulário e uma gramática que não seja esse mesmo vocabulário que produziu essas cidades que trazem tais problemas? Então eu tenho tentado, experimentado, e apanhado muito também neste processo de fazer isso a partir das águas do Rio de Janeiro. É um primeiro projeto experimental que eu venho desenvolvendo — e também não sou só eu, mas junto a mim estão Júlia O’Donnell (UFRJ), Maria Raquel Passos Lima (UERJ), e Marcella Araújo (UFRJ). Trata-se de um projeto temático em que olhamos a partir de diferentes partes da cidade para tentar pensar o que é contar uma história urbana a partir das águas. Se pensamos, por exemplo, nas histórias canônicas de urbanização do Rio de Janeiro, elas sempre começam com como se instalou um espaço público no centro da cidade. Para fazer isso, são necessários muitos aterramentos, muita expulsão de água, drenagens, desaparecimento de mangues, todas essas coisas, e contamos isso do ponto de vista da cidade acabada ali no Centro. Essa história que naturaliza a chamada expansão urbana do centro para as periferias

Agora, para onde foi todo o lixo que estava na cidade? Para onde foram os resíduos que eram jogados no meio da cidade? Para onde foram as águas e os mangues que foram expulsos da cidade? Se tentamos contar essa mesma história de outro lugar, o que acontece? E aí eu descobri o bairro do Caju.

O Caju se tornou sinônimo de cemitério. Toda vez que eu estou lá fazendo trabalho de campo e alguém me liga me perguntando “Onde você está?”, eu digo “Estou no Caju” e respondem “Quem morreu?!”. O Caju é um bairro, com um monte de gente morando. Há toda uma vida lá. Mas que, voltando à questão das infraestruturas, foi condenado a ser o lugar das infraestruturas residuais desta cidade, desde que colocaram o primeiro cemitério ali, que foi o cemitério tirado do centro da cidade exatamente por um urbanismo que estava tentando botar ordem naquilo e acabar com as muitas epidemias que assolavam a cidade. Havia ali o Cemitério dos Pretos Novos, vários outros cemitérios dentro dos limites da cidade, até que num dado momento a Santa Casa de Misericórdia conseguiu transferir o primeiro cemitério para a região do Caju, em 1859. Isso ocorre 11 anos antes da lei que faz com que os cemitérios tenham que ser colocados nos limites da cidade.

Quando surge essa lei de 1851, faz-se o Cemitério São Francisco Xavier, parece natural instalá-los onde já havia o cemitério da Santa Casa de Misericórdia. Se a cidade está tentando ser limpa, tem que se colocar o lixo em algum lugar. Para onde foi o lixo? Para a ilha de Sapucaia, ali do outro lado da península, onde hoje são uns pedaços da ilha do Fundão. Foi o primeiro lixão do Rio, de 1865. Também estamos sempre acostumados a pensar na história da construção do centro da cidade como o processo que expulsa todas essas coisas, mas essas coisas foram para algum lugar. Onde? No Caju.

Já que ali já havia um lixão, já havia um monte de cemitério, quando foram construir mais um grande hospital de doenças infectocontagiosas, escolheram colocá-lo onde? No Caju, ao lado do lixão, ao lado dessas coisas todas. Então o que vamos vendo aqui é que se tentarmos contar essa mesma história da urbanização do Rio, não do centro europeu da Belle Époque carioca, mas do lugar para onde as coisas todas foram, temos uma outra visão da própria urbanização da cidade, e essa visão também vai lançar luz sobre outras questões relacionadas a desigualdades, ao direito à cidadania, que trazem essa dimensão ambiental, com certeza, mas que também permitem pensar o conceito de “zona de sacrifício”, por exemplo, que é o termo que eu tenho usado para pensar o Caju: pensar que, para a continuidade de uma certa vida saudável, salubre, em algum lugar, haverá esses lugares que são sacrificados, como diz Ryan Juskus. Esse sacrifício é racionalmente planejado e calculado, faz parte da própria vida. E são sempre lugares em que as populações têm muito menos chance de resistir ou de fazer frente a esse tipo de desrespeito aos seus próprios direitos. As pessoas que moram no Caju sentem como se ali fosse realmente a lata de lixo da sua cidade, porque todos os sujos acabam ali. E eu estou falando apenas do século XIX. No século XX, já virou lugar de fábricas, de sujos, de todos os resíduos possíveis; até fábrica de banheiro químico hoje em dia existe no Caju. Talvez por isso seja tão urgente pensar o mundo de lá quanto do centro financeiro da cidade. Desde aqui a urbanização pode ser lida de outras maneiras, por outras lentes e em meio às ruínas sem as quais a região metropolitana do Rio não funciona.

Eu queria dividir com vocês a minha busca, diante da nossa falta de parâmetros e falta de vocabulário para conseguirmos descrever esses desafios das cidades contemporâneas. No entanto, o que temos é essa continuidade, em que desigualdades, cidadanias e direitos continuam sendo um problema gigantesco para conseguirmos pensar sociologicamente, antropológicamente, esta cidade também a partir dos desafios colocados pelas mudanças climáticas.

### Referências

- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora 34, 2000.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 1994.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *The Climate of History in a Planetary Age*. University of Chicago Press, 2021.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- HOLSTON, James. "Autoconstruction in working-class Brazil." *Cultural Anthropology* 6.4: 447-465, 1991.
- HOLSTON, James. *The modernist city: An anthropological critique of Brasília*. University of Chicago Press, 1989.
- JUSKUS, Ryan. "Sacrifice zones: A genealogy and analysis of an environmental justice concept." *Environmental Humanities* 15.1: 3-24, 2023.
- SIMONE, AbdouMaliq. People as infrastructure: intersecting fragments in Johannesburg. *Public Culture*, v. 16, n. 3, p. 407-429, Duke University Press, 2004.
- STAR, Susan Leigh. A etnografia da infraestrutura. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, Ano 24, 31(2): 61-85, 2020.

### Filmografia

- Favela Fabril - Documentário sobre a CCPL. Realização: CPDOC FGV, 2012.
- Projeto Águas do Caju. Realização: ResiduaLab, Grupo Casa, UERJ, FAPERJ. Disponível em <https://www.aguasdcaju.com.br/>

